

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CAMPUS SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

JOSÉ WILLYAM DE SOUSA SILVA

**(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2018

JOSÉ WILLYAM DE SOUSA SILVA

**(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Campus Saúde, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Educação Física, Artigo Científico.

Orientador: Prof. Esp. Lucielton Mascarenhas Martins

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2018

JOSÉ WILLYAM DE SOUSA SILVA

**(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Campus Saúde, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Educação Física.

Aprovada em: 25 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Lucielton Mascarenhas Martins
Orientador

Prof. Esp. José de Caldas Simões Neto
Examinador (a)

Prof^a. Ma. Pergentina Parente Jardim Catunda
Examinador (a)

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2018

Dedico este trabalho, principalmente, aos meus pais que foram meu principal alicerce nos momentos de angústia, aos meus avós que fizeram de tudo para a faculdade se tornar um sonho possível, aos amigos que me incentivaram todos os dias e ofereceram apoio nos momentos críticos. Enfim, a todos que foram de essencial importância para a minha entrada, permanência e conclusão do curso, que sem medir esforços se desdobraram para que eu chegasse até essa etapa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter estado presente nos momentos de dificuldades, dando-me forças, saúde e sabedoria para supera-los.

Ao Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, a Coordenação na pessoa de Lara Bottcher e ao corpo docente por ter me oportunizando quatro anos de intenso aprendizado e suporte para que diversas janelas fossem abertas, ao me possibilitar almejar novos horizontes e sonhos enquanto profissional.

Ao meu Orientador Lucielton Mascarenhas pelos conselhos, dedicação e suporte no pouco tempo que lhe coube norteando minhas ações através do incentivo e correções.

Aos meus pais e avós que viram em mim a possibilidade de tornar o sonho da graduação uma realidade e um grito de resistência. Obrigado pela luta, pelos sacrifícios, pelas dores e pelo amor incondicional dedicado a minha formação sem vocês nada disso teria sido possível.

E a todos que foram direta ou indiretamente de suma importância para que eu pudesse almejar esse momento tão esperado por mim e minha família, o meu muito obrigado.

(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

¹ José Willyam de Sousa SILVA;

² Lucielton Mascarenhas MARTINS;

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

² Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

RESUMO

No Brasil, muitos dos pensamentos racistas presentes são instigados por teses do período histórico no qual se acreditava que negros eram seres inferiores, degenerados e sem habilidades, usando tais afirmações para justificar o não desenvolvimento de um país miscigenado, a fim de sustentar o ideal de branqueamento da população brasileira, em nome de um projeto eugênico de depuração de raças. Aprovada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/2003 faz alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para implantar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas no intuito de dar visibilidade e desconstruir narrativas no contexto escolar por meio de discussões acerca da temática racial para construir novas identidades de valorização da diversidade e de que culturas permeiam comunidade escolar. Nos últimos 20 anos, comparado com anos anteriores, estudos relacionados a questões étnico-raciais ganharam visibilidade no meio acadêmico com a aprovação da lei 10.639/2003. Entretanto, acredita-se que esses avanços vêm ocorrendo de forma lenta frente às demandas vigentes da sociedade em geral. O presente estudo tem como objetivo analisar as perspectivas na qual está inserida a aplicação da lei 10.639/03, limitações e congruências acerca das experiências negras no âmbito escolar entre os alunos, professores e núcleo gestor. A pesquisa trata-se de um estudo de caso, exploratório e qualitativo. Foi aplicado um questionário com o núcleo gestor e com os professores, e com os alunos foi realizado um encontro. Após a coleta, os dados foram organizados agrupando as respostas semelhantes, através da análise do discurso dos sujeitos, e logo após foi feita uma explanação de respostas de cada perguntas. Os dados foram agrupados por sessões. Concluiu-se, que embora os professores e o coordenador pedagógico tenham conhecimento do que se trata a Lei, a escola ainda não foi capaz de inserir no seu currículo os conteúdos de história e cultura africana, trazendo esses debates em datas pré-determinadas ignorando as relações étnico-raciais, atitude que torna impossível dar a visibilidade necessária a pessoas negras e suas experiências.

Palavras-chave: Negro; Educação; Lei 10.639/2003.

ABSTRACT

In Brazil, many of the present racist thoughts are instigated by theses of the historical period in which blacks were believed to be inferior, degenerate, and unskilled beings using such statements to justify the non-development of a mixed-race country in order to sustain the ideal of laundering of the Brazilian population, in the name of an eugenic breeding of breeds. Approved on January 9, 2003, Law 10.639 / 2003 makes amendments to the Law of

Guidelines and Bases of National Education to implement the obligation of teaching History and Afro-Brazilian Culture in public and private schools in order to give visibility and to disrupt narratives in the school context through discussions about the racial theme to build new identities of appreciation of diversity and of which cultures permeate the school community. In the last 20 years, compared to previous years, studies related to ethnic-racial issues gained visibility in the academic milieu with the approval of law 10.639 / 2003. However, it is believed that these advances have been slow in the face of the current demands of society in general. The present study aims to analyze the perspectives in which the application of Law 10.639 / 03, limitations and congruences about the black experiences in the school environment between the students, teachers and the managing nucleus is inserted. The research is a case study, exploratory and qualitative. A questionnaire was applied to the managerial nucleus and to the teachers, and a meeting was held with the students. After the collection, the data were organized by grouping the similar responses, through the analysis of the subjects' discourse, and soon after an explanation of each question was made. The data were grouped by sessions. It was concluded that although the teachers and the pedagogical coordinator are aware of what the Law is about, the school has not yet been able to insert in its curriculum the contents of African history and culture, bringing these debates on predetermined dates ignoring the ethnic-racial relations, an attitude that makes it impossible to give the necessary visibility to black people and their experiences.

Keywords: Black; Education; Law 10.639 / 2003.

INTRODUÇÃO

Acredita-se que por muito tempo debates relacionados à cultura e história africana foram silenciadas dentro do contexto escolar, assim como, as experiências da pessoa negra. Partindo desse pressuposto, a educação vem passando por transformações que envolvem a sociedade como um todo, dando margem para discussões sobre as relações raciais, questões étnicas da desconstrução do preconceito e de uma educação plural, possibilitando o reconhecimento dos conflitos sociais (COELHO ET AL., 2015).

Nesse sentido, é perceptível que nos últimos 20 anos, precisamente com a aprovação da Lei federal nº 10.639/2003, diversas ações acerca das relações étnico-raciais e a educação vêm sendo realizadas, pois, até então, essas questões podiam ser marginalizadas e/ou invisíveis tanto na educação geral como na formação de professores. Porém, esses avanços ocorrem em ritmo lento frente às demandas emergentes da sociedade em geral. Apesar desse aumento, acredita-se que a escola ainda não foi capaz de incorporar de forma significativa esse tema no seu currículo (SILVERO; TRINIDADE, 2012; PAULA; GUIMARÃES, 2014).

No Brasil as diferenças biológicas e culturais são frutos do processo de miscigenação; biológica, pois, existiram trocas de diversas informações genéticas entre diferentes grupos populacionais denominados de raça; e cultural, valendo-se de que essas interações não ocorreram de forma exclusiva a nível genético, advindo trocas de costumes e hábitos entre

essas populações. O ser negro resulta na escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem, isto é, ser negro é um ato político em que se assume a identidade racial negra. Outro aspecto importante, é que para a demografia a somatório de “preto + pardo”, tem como resultado a população negra (OLIVEIRA, 2004).

Pressupõe-se que muitos dos pensamentos racistas presentes no Brasil são instigados por teses do período histórico no qual se acreditava que negros eram seres inferiores, degenerados e sem habilidades refinadas. Ao usar tais afirmações para justificar o não desenvolvimento de um país miscigenado, pensamento esse difundido por escolas com teorias racistas a fim de sustentar o ideal de branqueamento da população brasileira promovida pela imigração europeia, tudo isso em nome de um projeto eugênico de depuração de raças (ANDREWS, 1997; SANTOS, 2009).

Portanto, neste trabalho a denominação “negra” será utilizada para designar pretos e pardos, já que ela resgata questões culturais de identidade étnica enfatizando a ancestralidade desses sujeitos, além de justificar essa afirmação do ponto de vista socioeconômico, pois as diferença entre pardos e pretos são quase nulas, pois apresentam condições de vidas semelhantes (WHATTIER, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2017).

Através da educação é possível intervir na sociedade, sendo um ambiente no qual é possível à criação de leis. Ao prosseguir existe um cenário de debates que buscava mostrar os motivos da educação formal, ora com viés de transformação social, ora de reprodução das estruturas de poder. A educação tornou-se um ambiente de lutas políticas e ideológicas que refletem no processo de aprovação das leis, ou seja, os grupos organizados lutam para garantir seus direitos. A aprovação dessas leis permite a continuidade de busca por sua concretização, problematização e revisão da realidade das instituições e interesses humanos (SANTOS, 2001; GADOTTI, 2008 *apud* ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

O século XXI é marcado por inúmeras discussões acerca de políticas de promoção de igualdade das relações ético-raciais. Com a realização da III conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, no ano de 2001, em Durban, na África do Sul, ocorrem o reconhecimento da existência do racismo e suas consequências, assim como o comprometimento em adotar políticas de ações afirmativas (SANTOS 2009).

Nesse sentido Almeida e Sanchez (2017. p, 57) discorrem:

Aprovada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/2003 faz alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para implantar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio e estabelecer especificações pertinentes. Essa aprovação,

fruto de longa história de lutas pelo reconhecimento e pela reparação das desigualdades entre populações brancas e negras no Brasil, é vista como marco do avanço no tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal.

O processo educacional inclui o processo de aprendizagem que envolve a sociedade em geral e as diversas relações que existem dentro dela, pensá-la enquanto possibilidade de valorização da diversidade seria reconhecer os embates sociais construídos que estão intrinsecamente ligados à história do Brasil. A implantação da Lei 10.639/2003 fomenta esses mecanismos de reconhecimento na educação sendo uma conquista significativa, porém, desafiadora, pois é imprescindível conhecer o outro e refletir sobre ações racistas. A lei passa a incluir o dia 20 novembro como oficial da consciência negra no calendário escolar, história da África na grade curricular e uso de livros didáticos que abordem o tema (COELHO; SILVA, 2015).

Cunha et. al (2014) afirmam que em 2003 com implantação da lei 10.639 os professores têm sido desafiados a superar questões negligenciadas historiograficamente nas escolas e os estigmas acerca das pessoas negras. É necessária a superação de visões eurocêntricas culturalmente arraigadas, não apenas no contexto curricular, todavia questões subjetivas ao indivíduo que necessitam ser desconstruídas. Contudo, é pertinente perceber a existência de discrepância entre dispositivos legais e práticas sociais ou educativas voltada à inserção e valorização do afro-brasileiro na construção de uma sociedade igualitária com práticas pedagógicas no interior das escolas.

Dentre os motivos que instigaram a pesquisa, parte-se do pressuposto de que, para Cunha et al. (2014), é de primordial importância à escola ser um ambiente de debate entre educação-políticas-desigualdades, principalmente, com o aumento do acesso de classes menos favorecidas ao sistema escolar. Além disso, o mesmo afirma a impossibilidade de discutir a escola sem contextualizar com a construção histórica, cultura, social e de relações raciais em que nosso país se formou. Apesar disso, percebe-se de forma empírica um olhar voltado para conteúdos com estética e visões eurocêntricas, enquanto temas relacionados à cultura e história africana têm menor ênfase.

Sabendo disso, muitas das relações que ocorrem no ambiente escolar se estende ao convívio social, na qual pessoas negras são estigmatizadas, inferiorizadas e suas lutas são silenciadas, por vezes, em debates que são de suma importância para que a democracia e o princípio de equidade sejam validos para todos. No entanto, é imprescindível que esses temas sejam problematizados na tentativa de erradicar o preconceito e o racismo estrutural.

O presente artigo tem como objetivo principal analisar as perspectivas na qual está inserida a aplicação da lei 10.639/03, limitações e congruências acerca das experiências negras no âmbito escolar entre os alunos, professores e núcleo gestor.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de um estudo de caso, exploratório e qualitativo. O estudo de caso é caracterizado como um estudo exaustivo e profundo de maneira a permitir o conhecimento amplo de um ou poucos objetos. O propósito do estudo de caso não é detalhar uma população através de procedimentos estatísticos, todavia tem como objetivo ampliar e generalizar proposições teóricas (GIL, 2008).

A pesquisa exploratória busca mais informações sobre o assunto investigado a fim de modificar conceitos e ideias, ou apenas desenvolvê-los e esclarecê-los, ou seja, permite o estudo do tema sobre diversos ângulos e aspectos e com isso pode gerar um novo enfoque sobre o tema em estudos posteriores que trazem problemas mais precisos ou hipóteses mais pesquisáveis. Além disso, apresenta menor rigidez no planejamento, envolvem entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa qualitativa considera existir uma relação entre o mundo real e o sujeito investigado, isto é, uma relação inseparável entre o mundo objeto e a subjetividade do sujeito, porém essa relação não pode ser traduzida em números. Nessa pesquisa a compreensão do fenômeno e seus significados são de suma importância, portanto não requer o uso de dados estatísticos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa foi realizada com núcleo gestor, professores e estudantes pertencentes a uma escola de ensino médio na rede estadual pública do município de Caririçu, Ceará. Como critério de escolha, atentou-se para a escola que possui o maior número de alunos matriculado através do Sistema de Monitoramento Escolar (*SIGE*).

No que diz respeito ao núcleo gestor, foi escolhido um coordenador pedagógico, este indicado aleatoriamente. A pesquisa foi aplicada com 15 professores que aceitaram participar da pesquisa e que lecionavam ativamente nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, independente do componente curricular que lecionavam. Dos alunos foi escolhida uma turma de cada seriação por conveniência (1ª, 2ª e 3ª série) do ensino médio com representações de 8 alunos, indicados aleatoriamente pelo Diretor de Turma¹ de cada série/turma escolhida. Eles

¹O diretor de turma é um professor que leciona disciplina de sua área de formação e ministra simultaneamente a disciplina de Formação Cidadã. Suas atribuições vão de encontro à articulação entre pais, núcleo gestor, professores e alunos que compõem a turma. O diretor de turma tem três horas da carga horária semanal para efetivar:

deviam estar matriculados na instituição de ensino e nas turmas dispostas e com frequência regular.

O primeiro contato para a realização da pesquisa foi com o núcleo gestor da instituição escolar, bem como os professores da instituição escolhida a fim de obter a autorização para a realização da pesquisa, sendo apresentado nesta ocasião o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, contendo o objetivo do estudo para que os participantes tivessem conhecimento sobre a referida pesquisa.

Posteriormente foi explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em sala para os discentes com a presença do professor da instituição, e em seguida os termos foram entregues aos alunos, indicados pelo professor diretor de turma. Alguns dos(as) alunos(as) eram menores de idade, dessa forma os pais e/ou responsáveis foram informados sobre os objetivos e finalidades da pesquisa. O pesquisador explicou aos mesmos, que os adolescentes não sofreriam nenhum dano, bem como não teriam nenhum custo e também nenhuma remuneração na participação do estudo e que a qualquer momento poderiam desistir do mesmo. Apenas foi aceita a participação de menores com a devida autorização dos seus pais/responsáveis.

Os riscos envolvidos na pesquisa são assinalados como o constrangimento e desconforto a respeito da temática, demanda de tempo para responder as perguntas e sensação de tédio, cansaço ou fadiga por parte do participante. Esses riscos foram minimizados por uma conversa prévia, informando-os como ocorreria a pesquisa, deixando os mesmos despreocupados, relaxados e certos do sigilo da pesquisa.

Os resultados do estudo foram obtidos através de um questionário com o coordenador pedagógico e com os professores, contendo 04 questões abertas, elaboradas pelo pesquisador, com auxílio e orientação do professor orientador; e a realização de encontro com os alunos, que buscou ofertar dados para o entendimento sobre a aplicação da lei 10.639, como são tratadas as temáticas que relacionadas à cultura afro-brasileira e as vivências negras no contexto escolar, como, também, identificar possíveis discordâncias entre os discursos dos sujeitos investigado a respeito do tema.

Após a coleta, os dados foram organizados agrupando as respostas semelhantes, através da análise do discurso dos sujeitos, e logo após foi feita uma explanação de respostas de cada pergunta. Os dados foram agrupados por sessões. O trabalho foi aprovado pelo comitê

atendimento aos pais; organização do dossiê da turma e a disciplina de Formação Cidadã, com vistas a debater problemas socioeconômicos e culturais, identificados no portfólio dos alunos. A partir daí, são discutidos problemas de ordem pessoal ou social, cultural, diversidade étnica, linguística, cognitiva e de integração. A finalidade das ações é promover valores intrínsecos à aprendizagem mediante convivência solidária e social onde os atores são, também, espectadores (LIMA, 2014).

de ética da instituição Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, com número de parecer 2.680.706.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise dos dados foi possível elaborar um perfil dos participantes do estudo. Dos professores foram entregues 15 Termos de Livre Esclarecimento, no entanto, 11 professores, com média de idade de 37 anos, se dispuseram a participar da pesquisa, sendo 6 (54,55%) do sexo feminino e 5 (45,45%) do sexo masculino. Com relação a auto declaração, 6 (54,55%) eram brancos, 2 (18,18%) se denominavam de cor parda e 3 (27,27%) de cor preta. Com relação ao nível de formação 82% eram especialistas, 9% possuíam graduação e 9% mestrado.

O coordenador pedagógico, de sexo masculino, com idade de 37 anos, autodeclara-se pardo e possui uma especialização. Dos alunos, em primeiro momento, 22 alunos aceitaram participar da pesquisa, trazendo o TCLE assinado pelos responsáveis, quando menores de idade. No entanto, no dia realização do encontro, apenas 17 alunos estavam presentes. Do perfil dos alunos, 13 (76,47%) são do sexo feminino e 4 (23,53%) do sexo masculino, com média de 16 anos de idade. Com relação a auto declaração dos alunos, 2 (11,76%) de denominavam amarelos, 3 (17,65%) de cor branca, 4 (23,53) de auto declaravam de cor morena e 8 (47,06%) de cor parda.

SEÇÃO 01: CONHECIMENTO DOS PROFESSORES À RESPEITO DA LEI 10.639/2003

Nessa primeira seção foram abordados os conhecimentos dos(as) professores(as) sobre a Lei 10.639, sendo composta pela seguinte pergunta: (Q1) Uma das formas de intervenção na educação é a criação de leis, como foi o caso da Lei 10.639/2003. Nesse sentido, quais são seus conhecimentos sobre a lei citada?

De acordo com a análise de dados pode-se perceber que nove (09) professores afirmaram conhecer do que se tratava a Lei, pontuando-a. Apenas um professor afirmou não conhecer do que se tratava, e outro não se referiu, diretamente, ao conteúdo da Lei. Perante essas afirmações, destacadas acima, podemos enfatizar a resposta dos Professores (P) para esse questionamento.

“Essa lei implanta no currículo a valorização reconhecimento e importância do estudo das influências afro na educação brasileira. Usando como temática: a história cultural afro-brasileira.” (P9)

“A cultura afro-brasileira deverá ser incluída nos currículos do ensino brasileiro. Digo, o ensino sobre a valorização da cultura afro-brasileira deverá está inserido nos currículos.” (P11)

Diante dessas respostas, é possível perceber que os professores têm conhecimentos sobre a Lei 10.639/2003 e a entendem como uma forma de valorização da cultura africana e afro-brasileira dentro do currículo escolar. Concordando com a afirmação de Almeida e Sanchez (2017), que aponta que a Lei questiona o currículo oficial, pois é a partir dele que se definem os conteúdos que serão ensinados ou não, e que por vezes existiu um naturalização desses conteúdos como representação da verdade, além de potencializar e permitir aos alunos negros o reconhecimento e valorização de sua identidade e contribuição na formação da sociedade brasileira.

Outra resposta analisada foi o desconhecimento de um professor sobre do conteúdo da Lei 10.639, afirmando de forma simplória e direta seu desconhecimento, através da seguinte afirmação: "Não sei" (P3).

Almeida e Sanchez (2017) dizem que, apesar dos esforços a lei não garantiu a efetivação de seus objetivos. Isso revela que mesmo com quase 15 anos de promulgação da refira Lei e que nos últimos anos existiu um massivo aumento da problematização dessa temática no ambiente escolar, ainda existe a necessidade de um maior debate e preparo para os professores, para que a Lei consiga ser trabalhada de forma satisfatória e consiga-se atingir seus objetivos.

Em seguida buscou-se compreender qual a visão dos professores a respeito de práticas pedagógica com recorte racial e como ele influência na formação dos alunos, com a pergunta: (Q2) Diversos autores relatam a influência do currículo europeu no ensino das escolas brasileiras e a negligência dada ao conteúdo africano. Partindo desse pressuposto, uma intervenção com recorte racial pode influenciar de que forma a formação dos alunos?

Na análise das respostas dadas à questão, observou-se que os professores percebem que uma intervenção pedagógica com recorte racial é positiva para a formação dos alunos. Perante essa afirmação destacada acima podemos enfatizar as seguintes resposta para esse questionamento, em que todos percebem uma influência benéfica à formação dos discentes.

“Influência de forma bastante positiva, na medida que desenvolve mecanismo de inserção da temática de forma ampla, inclusive com a participação do educando.” (P5)

"Pode discutir a ideia de história eurocêntrica e trazer reflexões sobre a importância histórica desses povos. Essas ações promovem uma compreensão maior da história afro, bem como indicam caminhos e itinerários formativos ricos." (P6)

“Uma maior exposição e reconhecimento sobre a participação do negro na formação da cultura brasileira.” (P7)

Assim como os professores, Assis e Canen (2004) concordam que a incorporação de conteúdos que valorizam a identidade negra no currículo e em práticas educacionais poderia beneficiar-se do aprofundamento das discussões sobre a afirmação “ser negro” e a especificidades da construção da identidade negra, em uma sociedade historicamente marcada por tratamento desigual a pessoa negra, nesse processo é pertinente perceber os elementos para construção de uma identidade positiva.

Santos (2009) ainda afirma que as mudanças ocorridas no currículo corroboram para erradicação das relações verticalizadas que podem existir no interior das salas de aula e substituí-las por relações heterogêneas em que a construção do currículo não é apenas um momento, porém um processo contínuo.

O ensino brasileiro foi baseado no currículo de matriz europeia que desvaloriza a cultura afro-brasileira e africana, apesar dos esforços dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, é perceptível a invisibilidade que esses conteúdos possuem no currículo escolar brasileiro. A promulgação da lei representa um avanço na democratização do currículo, além de superar a visão que inferioriza a cultura negra trazendo para o centro do debate de participação, constituição e configuração da atual sociedade brasileira formada por diversas etnias africanas e seus descendentes (SANTOS, 2009; ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

Dando prosseguimento, a terceira pergunta foi abordada a visão dos(as) professores(as) sobre a Lei 10.639 e sua influência na formação e valorização da identidade negra. Com a seguinte pergunta: (Q3) De que forma a Lei 10.639/2003 pode ser positiva para a formação e valorização da identidade negra no ambiente escolar?

Na análise das respostas dadas à questão, observou-se que os professores veem a Lei 10.639 como um mecanismo importante para a valorização e formação de identidades negras. Perante essa afirmação destacada acima podemos enfatizar a resposta de três professores (P) para esse questionamento.

“Valorização da comunidade negra; a escola como espaço acolhedor, cultural e misturado de raças, sem nenhum tipo de preconceito. Oportunidade para o negro ter o crescimento profissional – ter os mesmo direitos que o branco - estar inserido no espaço de igualdade.” (P3)

“É preciso se trabalhar de forma contínua, desde a discussão de valores como o respeito às diversidades, como relacionado aos conteúdos que contemplem o referido assunto: a história e cultura afro-brasileira.” (P4)

"Apresentando um currículo diverso que garanta visibilidade/representatividade dos atores que durante muito tempo foram esquecidos/invisibilizados promovendo espaço de discussão e construção cultural que respeite a diversidade." (P6)

Cunha, Braga e Junior (2014) discorrem que com a implantação da Lei 10.639 os professores foram desafiados a superar o silêncio e estigmatização historiográfica dos afro-brasileiros. Entretanto, esses desafios não envolvem apenas a dimensão curricular, mas, também, exige uma mobilização de subjetividades e superação de concepções eurocêntricas apreendidas no decorrer da vida. Além disso, ainda é notória a existência de um abismo entre os dispositivos legais, os movimentos voltados à valorização do sujeito afro-brasileiro na construção de uma sociedade igualitária em relação às práticas desenvolvidas no interior da escola, tanto práticas educativas como pedagógicas.

Diante das afirmações dos professores é perceptível a compreensão da Lei 10.639, enquanto mecanismo de tensão das relações que foram estabelecidas e estão arraigadas em nossa sociedade e que adentram o espaço escolar, através de situações e ações que diminuem, silenciam e inferiorizam a identidade negra. Nesse aspecto, os professores reconhecem a necessidade da escola se configurar um espaço de acolhimento, de debate amplo, que por vezes não existe, e de desconstrução/construção da identidade negra a fim de valorizá-la.

Almeida e Sanchez (2017) trazem que todos os estudos que dão ênfase a temas semelhantes, citam a Lei 10.639 como uma medida de reparação de dívida social com a população negra, contraída em função de um longo período escravista, do processo de embranquecimento, das práticas racistas e do mito de democracia racial. Essas ações sociais fruto da implementação da legislação trouxeram a possibilidade à população negra de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade.

Nesse sentido é essencial perceber que o aprofundamento dos debates sobre as questões raciais no Brasil são essenciais para democratização da educação, já que por vezes o sistema de ensino mostrou-se inadequado para atender a realidade da população negra (ROJAS, 2015).

A quarta pergunta abordou as ações tomadas pelo professor como uma forma de intervir em situações de racismo no ambiente escolar, através da pergunta: (Q4) Em uma

situação de racismo de que forma o professor pode intervir a fim de criar uma cultura de respeito e valorização da diversidade ético-racial no cotidiano escolar?

Diante das respostas dos professores, nota-se que a maioria afirma realizar ações que antecedem o ato racista a fim de que o mesmo não aconteça. No entanto, ainda garantem que quando ocorrem esses casos é necessário que o professor tenha uma postura sóbria e firme com relação a tais atitudes. Como se segue,

“Não temos que deixar acontecer, valores tem que ser discutido sempre, quando na verdade deixamos para discutir somente na semana da consciência negra, ou mesmo no dia. Daí às vezes sinto ou vejo a lei mal interpretada.” (P4)

"Apresentando um conceito histórico, promovendo o diálogo sobre o fato gerador da problemática e não sendo condescendente com a situação, marcando posição forte contra qualquer preconceito explícito ou velado." (P6)

“No ambiente escolar a atitude deve ser primeiramente educativa e não punitiva, informando os envolvidos na situação sobre a igualdade e dignidade de todo perante a lei e a importância as diversas etnias na construção da sociedade brasileira.” (P7)

Frente às situações de racismo, os professores concordam que é necessário um maior aprofundamento do debate sobre as relações raciais estabelecidas em sociedade através do diálogo. Tornando-se ainda mais latente, visto que ainda vivemos sobre influência europeia na cultura brasileira, em que a estética e beleza negam o indivíduo negro. Nesse sentido, a escola não está imune à reprodução e estabelecimento dessas relações em seu espaço – apesar de não ser algo inconsciente ou acaso – acaba por refletir as realidades e tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade (SANTOS, 2005 *apud* CUNHA; BRAGA; JUNIOR, 2014).

Moitinho (2009) afirma que o estudo da temática racial na escola é fator importante para construção de uma nova narrativa que se volta para a valorização da diversidade, de práticas, experiências, lutas e solidariedade que perpassam a vivências dos alunos negros no ambiente escolar, já que existem narrativas predominantes nesse espaço. Através da promoção de práticas pedagógicas que visem à igualdade racial no cotidiano da sala de aula, a escola pode se tornar um espaço desse processo de desconstrução de identidades estigmatizadas e valorização de diferentes identidades presentes na escola.

Nesse sentido, Barreto (2011) aponta que a influência da deficiência escolar do negro está intrinsicamente ligada a fator racial, e não exclusivamente a pobreza ou o atraso na entrada no mercado de trabalho afirmando que os alunos negros são os que possuem a maior dificuldade em permanecer na escola, os mais reprovados e os que mais evadem. O que mostra a necessidade do professor mostrar uma postura antirracista e de combate as forma de

preconceito que adentram o interior da sala de aula e os corredores das escolas, no intuito de tornar o ambiente escolar menos intolerante e que ofereça praticas de inclusão ao aluno negro, para sua permanência.

SEÇÃO 02: O NÚCLEO GESTOR E A LEI 10.639/2003

Nessa seção foram abordadas a compreensão, os conhecimentos, as atitudes e momentos que são destinados para o debate sobre história e cultura africana a partir da perspectiva do Coordenador Pedagógico. Essa seção é composta pela seguintes perguntas. (Q1) Uma das formas de intervenção na educação é a criação de leis, como foi o caso da Lei 10.639/2003. Nesse sentido, quais são seus conhecimentos sobre a lei citada? (Q2) Diversos autores relatam a influência do currículo europeu no ensino das escolas brasileiras e a negligência dada a conteúdo africano. Partindo desse pressuposto, uma intervenção pedagógica com recorte racial pode influenciar de que forma na formação dos alunos? (Q3) De que forma a aplicação Lei de 10.639/2003 pode ser positiva para a formação e valorização da identidade negra no ambiente escolar? (Q4) No ambiente escolar, quais são os momentos oportunizados ao debate sobre temas relacionados à História e Cultura afro-brasileira?

Através das respostas dadas pelo Coordenador Pedagógico, observou-se um conhecimento superficial a respeito da Lei 10.639, visto que suas respostas foram bastante simplórias e sucintas. Todavia, nota-se que o mesmo afirma existir ações contínuas durante o ano Letivo que fomentam e abordam a Lei 10.639/2003 . Perante essa afirmação destacada acima podemos enfatizar respectivamente resposta do Coordenador Pedagógico (CP) para os questionamentos.

(Q1) “Lei que inclui no currículo oficial das escolas a obrigação da temática – história e cultura afro-brasileira.” (CP)

(Q2) “Acredito que na compreensão da nossa cultura como origem africana somando à europeia.” (CP)

(Q3) “Entendimento ético da cor de cada cidadão em detrimento de preconceitos.” (CP)

(Q4) “Durante o ano letivo realizamos atividades dentro da sala de aula dentro do contexto interdisciplinar para culminância no mês de novembro com a semana da consciência negra.” (CP)

Esses momentos oportunizados pela escola se tornam importantes, pois segundo Silva (2009) que dar ênfase à importância de desconstruir as narrativas predominantes no contexto

escola por meio de discussões acerca da temática racial para construir novas identidades de valorização da diversidade, cultural, lutas e realidades que permeiam a comunidade escolar. Ele atribui à escola função de desconstruir concepções errôneas estereotipadas para então construir através de práticas pedagógicas e estratégicas que busquem uma realidade igualitária no cotidiano da sala de aula.

Nessa perspectiva a Lei 10.639 apesar de ser uma conquista muito importante, tornar-se um desafio à educação, pois reconhecer o outro é repensar, inevitavelmente, as atitudes racistas. O trabalho das temáticas étnico-raciais nas escolas é positiva por despertar uma consciência história e desconstruir a memória de um passado de escravidão – em que se atribui a população negra uma posição de passividade através da história – e pós-escravidão, em que foram marginalizados (COELHO; SILVA, 2015).

Em uma realidade pautada no eurocentrismo, em currículos fixados em práticas uniformizadoras e homogeneizadores que desconsideravam os percursos, trajetória, cultural e valores dos povos africanos e da cultura negra, crescia esperança de uma educação inclusiva com aprovação da Lei 10.639 no Brasil. A mesma reconhece a importância, sobretudo no âmbito da educação, do resgate da cultura, valores das civilizações africanas e suas contribuições para construção e constituição da sociedade brasileira (SILVA; GOMES, 2006, COELHO; COELHO 2008 *apud* SANTOS, 2009).

Nesse aspecto as práticas desenvolvidas, segundo o Diretor Pedagógico, no interior das salas aulas podem ser um mecanismo importante para efetivação da aplicação da Lei, e principalmente por fomentar esse processo de valorização e reconhecimento das identidades negras no meio escolar.

SEÇÃO 03: O OLHAR DOS DISCENTES SOBRE A LEI 10.639

Nessa seção serão abordadas as perspectivas dos alunos frente o cenário da aplicação da Lei 10.639 no contexto escolar. Essa seção é composta por quatro perguntas em que se buscou colher o maior número de informações dos alunos. No primeiro momento através de um foi questionado aos alunos: (Q1) Uma das formas de intervenção na educação é a criação de leis, como foi o caso da criação da Lei 10.639/2003. Nesse sentido, quais são os conhecimentos sobre essa lei? Vocês conhecem essa lei?

No desenvolver do debate referente ao questionamento citado a cima foi perceptível o desconhecimento do que se trata o conteúdo da Lei. Outrora, os mesmo através de afirmações que sugeriam uma compreensão superficial da que se trava a Lei terminavam por resumi-la a

ações sistemáticas e que não envolviam toda sua dimensão. Perante essa assertiva destacada acima podemos enfatizar a resposta dos alunos (A) para esse questionamento.

“Acho que algo relacionado ao racismo dentro da educação.” (A3)

“uma punição pra quem pratica racismo.” (A13)

Como afirma Coelho e Silva (2015) a Lei 10.639 é uma ferramenta importante de reconhecimento do outro e traz a possibilidade de repensar atitudes racistas. Através do trabalho da consciência histórica e a desconstrução da memória de um passado em que a população negra aparece como passiva durante a escravidão e marginalizada com o fim desse sistema o que torna um grande desafio para a comunidade escolar.

Santos (2009) traz que a promulgação da Lei 10.639 supera o estigma de inferioridade atribuída à cultura negra ou que ela seja sub-aproveitável e a traz para o centro de debate os valores de participação, constituição e formação da sociedade brasileira pelo aglomerado de diversas etnias africanas e seus descendentes, principalmente porque a cor da pele no Brasil é carregada de racismo, preconceito e discriminação racial que foram atribuídas e acumuladas historicamente e que perpassa pela Educação Básica. Nesse cenário, diversas iniciativas do Ministério da Educação, principalmente do Movimento negro e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros incitaram na promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003 em prol de uma política de ação afirmativa.

Ao buscar compreender de que forma os alunos vivenciam e reagem frente à situações de racismo, questionou-se: (Q2) Você já presenciou e/ou vivenciou situações de racismo? Como reagiu?

Grande parte dos alunos envolvidos na pesquisa relata ter observado situações de preconceito racial através do uso e termos pejorativos, e que por muitas vezes essas situações se repetem, principalmente com os mais idosos. Além disso, os alunos relatam ter posturas de combate a essas situações através do diálogo e denuncia como afirmam:

“eu vivenciei aqui na escola, no ano passado, quando a gente estava no 1º ano, e tipo eu tenho uma amiga, e ela é morena e os meninos ficavam chamando ela de pneu preto. Aí eu fui na direção, conversei com a diretora de turma, ela tomou as providências. Tudo certo. Mas assim, é comum ver esse tipo de situação por aqui, só que eles fazem isso na brincadeira, mas é muito sério.” (A3)

“Mais o uso de termos pejorativos. É eu já vi pessoas mais velhas usarem. Eu tentei, assim, mostrar a eles que não está certo usar aquele termo, mesmo que ele não queira ofender, mas pra tentar entender a situação.” (A13)

Através desses discursos é possível perceber que os mecanismos sociais e culturais que produzem as representações do negro influenciam os discursos que permeiam o ambiente escolar. Esses discursos, por vezes, passam despercebidos e são naturalizados pela sociedade, todavia, eles incitam o imaginário dos sujeitos a construir estereótipos, a atribuírem comportamentos tidos como inatos e inferiorizam a estética e cultura do negro, colocando-o em situação de subalternidade e reproduzindo o racismo.

Não existem movimentos apenas celebratórios a favor da pluralidade cultural na sociedade contemporânea, têm, no interior desse cenário, imagens perturbadoras de intolerância e extremismo contra aqueles tidos como “outros” e como “diferentes” (ASSIS; CANEN, 2004).

Por meio da eliminação categórica dos valores culturais dos negros (as), através da imposição de um padrão de beleza que, também, não corresponde à estética negra, do silenciamento desses sujeitos em posição de destaque na sociedade, tudo isso é difundido mediante instituições socializadoras (escolas, família igreja, dentre outros) e da mídia. O racismo, assim compreendido, refere-se ao âmbito da política e da discriminação sistemática e, portanto, sendo uma ideologia tem como fim, propor a natural dominação de um grupo – tido como superior – sobre outro ou outros – tido como inferiores. É nesse cenário que o racismo se consolida e manifesta-se de tal forma, que é imperceptível por muitos indivíduos nas relações raciais (ALMEIDA, 2016).

Segundo Silva e Nunes (2017) *apud* Gomes (2002) a escola torna-se um ambiente de imposição de diversos padrões de comportamento, de conhecimento, de currículo e de estética, isto é, para estar na escola é preciso uniformizar-se. Por não adequar-se a esse padrão, a criança negra é alvo de apelidos pejorativos e piadas que inferiorizam seus traços e cor. Esses acontecimentos marcam a história de vida das crianças negras, tornando-se uma das primeiras situações de rejeição do corpo negro vivenciados na infância. Esses fatores podem contribuir para o aparecimento de sentimento de autonegação, baixa autoestima, e de negação ao pertencimento étnico racial do indivíduo. As diversas representações que são atribuídas ao negro dentro do contexto de uma sociedade racista, estão intrinsicamente ligado à construção do comportamento e identidade de cada indivíduo.

Em prosseguimento ao debate, e perante afirmações dos alunos foi realizada a terceira pergunta: (Q3) De que forma a aplicação Lei de 10.639/2003 pode ser positiva para a ‘formação e valorização da identidade negra no ambiente escolar?

Segundo a afirmação de um discente, mesmo não tendo conhecimento sobre o conteúdo original da Lei 10.639, ela pressupõe tratar-se de uma tentativa de combate ao racismo. Além disso, ressalta ainda que a vê como um mecanismo importante, por reconhecer o racismo e seus efeitos dentro do ambiente escolar.

“Tipo, eu não tenho propriedade pra falar sobre a lei em si, por que eu não conheço do que se trata, mas eu já tenho uma noção que é sobre o racismo. Eu acho interesse só o fato de ter uma lei disso, por que é como se eles reconhecessem que precisa realmente disso, o que está no mundo escolar, principalmente por perceber que é algo que precisa ser visto.” (A7)

O século XXI é marcado por inúmeras discussões acerca de políticas de promoção de igualdade das relações ético-raciais. Com a realização da III conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, no ano de 2001, em Durban, na África do Sul, ocorre o reconhecimento da existência do racismo e suas consequências, assim como o comprometimento em adotar políticas de ações afirmativas (SANTOS, 2009).

O processo educacional inclui o processo de aprendizagem que envolve a sociedade em geral e as diversas relações que existe dentro dela. Pensá-la enquanto possibilidade de valorização da diversidade seria reconhecer os embates sociais construídos que estão intrinsecamente ligados à história do Brasil. A implantação da Lei 10.639/2003 fomenta esses mecanismos de reconhecimento na educação sendo uma conquista muito significativa, porém, desafiadora, pois é imprescindível conhecer o outro e refletir sobre ações racistas. A lei passa a incluir o dia 20 novembro como oficial da consciência negra no calendário escolar, história da África na grade curricular e uso de livros didáticos que abordem o tema (COELHO; SILVA, 2015).

Nesse sentido a incorporação de conteúdos que valorizam a identidade negra nos currículos e em práticas educacionais poderia beneficiar-se do aprofundamento das discussões sobre a afirmação “ser negro” e a especificidades da construção da identidade negra, em uma sociedade historicamente marcada por tratamento desigual a pessoa negra, nesse processo se faz pertinente perceber os elementos para construção de uma identidade positiva, que englobe políticas educacionais que não limite-se a homogeneização da cultura, isto é, que trate a questão da diversidade cultural em uma perspectiva folclórica, exótica ou como um acaso (ASSIS; CANEN, 2004).

Na quarta, questionou-se aos alunos quais são os momentos destinado pela escola para o debate e trabalho da Lei 10.639/2003, através da pergunta: (Q4) No ambiente escolar, quais

são os momentos oportunizados ao debate sobre temas relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira?

“Só no dia da consciência negra.” (A12)

“Às vezes, principalmente, na aula de história a gente ainda tem alguns contatos, estudando a história dos negros trazidos para cá, para trabalhar como escravos. Na escola, fora as aula de história, só no dia da consciência negra.” (A5)

“Se torna descartável durante o ano inteiro, é lembrado só no dia da consciência negra.” (A2)

A lei 10.639/2003 tem o papel possibilitar a discussão e fazer circular a informação, instigar análises políticas, e ainda construir posturas éticas que visem mudar o olhar sobre a sociedade, desde que suas intervenções não se encerrem em poucas exposições em sala. Nesse sentido a mesma permite que o aluno transforme uma cultura negativa em uma cultura positiva, processo este de suma importância para formação da identidade negra e reconhecimento do ser/estar negro na sociedade (GOMES, 2008 apud BARRETO, 2011).

Apesar dos esforços a lei não garante a efetivação de seus objetivos. A lei 10.639/2003 se torna um instrumento na dinâmica sociopolítica e no próprio cotidiano escolar através da produção de significados e valores acerca de seus conteúdos. É pertinente ressaltar que não existe uma relação direta e de curto prazo entre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e os conflitos, contradições e embates dentro das relações sociais desiguais, porém a mesma pode ser um mecanismo de tensionamento dessas relações, caminho para desconstrução de mentalidade e práticas sociais discriminatórias com diálogos que ressaltem a diversidade, oportunizando que alguns grupos deixem de ser vítimas dos espaços que os discriminam, e saiam do seu local de invisibilidade, silenciamento e exclusão (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços conquistados no debate de questões étnico-raciais, o espaço escolar ainda se configura um ambiente em que são reproduzidos pensamentos racistas e que pode silenciar o sujeito e a identidade negra. Com isso a escola não está imune da reprodução dos efeitos do racismo e da discriminação, muito pelo contrário, a escola pode se configurar um ambiente de apropriação e reafirmação desses ideais racistas nos conteúdos que são

abordados, nas relações estabelecidas e por não incluir práticas educativas que visem o enfrentamento dessa realidade escolar.

Todavia, percebemos nos discursos dos professores o compromisso com o seu fazer pedagógico, porém ainda são escassas as intervenções pedagógicas que visam o combate ao racismo, principalmente por essas estratégias didáticas estarem resumidas a atuação dos professores de História e Sociologia, como afirmam os alunos. O que torna necessário um maior aprofundamento dessas questões por todos os docentes a fim de alcançar os objetivos traçados pela Lei.

Logo, embora os professores e o coordenador pedagógico tenham conhecimento do que se trata a Lei, a escola ainda não foi capaz de inserir no seu currículo, de forma significativa, conteúdos de História e cultura africana, como sinaliza a lei 10.639/2003, trazendo esses debates, exclusivamente, em datas pré-determinadas nacionalmente, como é caso do dia da consciência negra – 20 de novembro –, isto é, ignora as relações étnico-raciais presente no cotidiano escolar. Deixa para levantar essas discussões em datas específicas, atitudes que tornam impossível dar a visibilidade necessária a pessoas negras e suas lutas.

No que diz respeito à área da Educação Física, a aplicação da Lei 10.639 torna-se de primordial importância, principalmente, por ela apropriar-se de conteúdos que estão intrínsecos as vivências e o fazer cultural das populações negras no país que influenciam diretamente o nosso fazer social. A capoeira, os jogos e brincadeiras de origem africana, e as contribuições dos afro-brasileiros para o esporte nacional e no mundo, são exemplos desses conteúdos que podem ser utilizados pelo professor dessa disciplina.

Nesse cenário, são importantes novos estudos que busquem criar estratégias que auxiliem no fazer pedagógico no interior escola e que contribuam para melhor aplicação da Lei 10.639. Além disso, torna-se importante entender as identidades negativas que são atribuídas às pessoas negras a fim construir novas representações e identidades positivas, para assim dar visibilidade, representatividade e empoderamento a esses sujeitos. Assim, teremos uma sociedade que preze a diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. N. RACISMO NA ESCOLA E A LEI 10.639/2003: algumas reflexões. **Revista Paraibana de História**, Paraíba, v. II, p. 26, 2016.

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003—competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, v. 28, n. 1, p. 55-80, 2017.

ANDREWS, G. R. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos avançados**, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997.

ASSIS, M. D. P.; CANEN, A. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 709-724, 2013.

BARRETO, L. A. A cor d(n)a escola: onde exclusão e violência se pintam de preto. In: Políticas Públicas e Gestão da Educação, 2011, São Paulo. XXV Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

COELHO, T. T., et. al. Educação e relações étnico-raciais: reconhecimento da diversidade cultural e iniciativas como a lei 10.639/2003 para a dinâmica escolar. **Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE) (ISSN 2447-8687)**. Goiás: Universidade Estadual de Goiás, v. 2, 2015.

CUNHA, M. S.; SILVA, A. B.; JUNIOR, R. S.. A experiência de ser negro no ambiente escolar. **Ideação**, v. 16, n. 2, p. 48-67, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

LIMA, V. B. Professor Diretor de Turma: uma experiência educacional brasileira inspirada na educação portuguesa. *Revista Espaço do Currículo*, v. 7, n. 2, 2014.

MOITINHO, S. A Criança Negra no Cotidiano Escolar. **Revista Teias**, v. 10, n. 20, p. 21 pgs., 2009.

OLIVEIRA, C. R. C. As arenas de disputa: o currículo como promotor de práticas de (des) igualdades raciais no cotidiano escolar. In: *Anais do IV colóquio internacional: educação, cidadania e exclusão*. 2004. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV047_MD1_SA8_ID960_08062015171920.pdf> Acessado em: 04 maio, 2018.

OLIVEIRA, N. P. **Processos identificatórios de adolescentes negros (as): a escola como potencializadora de espaços identitários.** 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Psicologia) -- Universidade de Brasília, 2017.

PAULA, B. X; GUIMARÃES, S. 10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 2, p. 435-448, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013.

ROJAS, D. S. **Para cuidar da dor do aluno negro em Orientação à Queixa Escolar.** 2015. Disponível em: http://queixaescolar.com.br/img/artigos/daniela_oqe.pdf

SANTOS, R. A. et al. **(In) visibilidade negra: representação social de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua (PA).** 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.

SILVA, K. K. F.; NUNES, C. A construção da identidade de pedagogas negras: empoderamento e protagonismo afrodescendente a partir da transição capilar. In: Artefatos da Cultura Negra: educação, justiça social e demandas contemporâneas, de 25 de setembro a 30 de setembro de 2017, VIII, 2017, Crato. **Anais eletrônicos...** Crato [recurso digital], 2017. P. 509-518. Disponível em: < http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/anais_eventos/viii-anais-cultura-negra-2017.pdf>. Acessado em: 10 maio, 2018.

SILVÉRIO, V. R.; TRINIDAD, C. T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

- Questionário para os Professores-

(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Idade: _____ anos Sexo: () Fem () Mas
Qual a sua cor: A- Branca B-Parda C-Preta D- Amarela E- Indígena
Nível de formação: _____

1- Uma das formas de intervenção na educação é a criação de leis, como foi o caso da Lei 10.639/2003. Nesse sentido, quais são seus conhecimentos sobre a lei citada?

2- Diversos autores relatam a influência do currículo europeu no ensino das escolas brasileiras e a negligência dada a conteúdo africano. Partindo desse pressuposto, uma intervenção pedagógica com recorte racial pode influenciar de que forma na formação dos alunos?

3- De que forma a aplicação Lei de 10.639/2003 pode ser positiva para a formação e valorização da identidade negra no ambiente escolar?

4- Em uma situação de racismo de que forma o professor pode intervir a fim criar uma cultura de respeito e valorização da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar?

APÊNDICE B

- Questionário para o Diretor pedagógico -

(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Idade: _____ anos Sexo: () Fem () Mas
Qual a sua cor: A- Branca B-Parda C-Preta D- Amarela E- Indígena
Nível de formação: _____

1- Uma das formas de intervenção na educação é a criação de leis, como foi o caso da Lei 10.639/2003. Nesse sentido, quais são seus conhecimentos sobre a lei citada?

2- Diversos autores relatam a influência do currículo europeu no ensino das escolas brasileiras e a negligência dada a conteúdo africano. Partindo desse pressuposto, uma intervenção pedagógica com recorte racial pode influenciar de que forma na formação dos alunos?

3- De que forma a aplicação Lei de 10.639/2003 pode ser positiva para a formação e valorização da identidade negra no ambiente escolar?

4- No ambiente escolar, quais são os momentos oportunizados ao debate sobre temas relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira?

APÊNDICE C

- Perguntas para o Encontro -

(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Idade: _____ anos Sexo: () Fem () Mas

Qual a sua cor: A- Branca B- Parda C- Preta D- Amarela E- Indígena

Nível de formação: _____

1- Uma das formas de intervenção na educação é a criação de leis, como foi o caso da Lei 10.639/2003. Nesse sentido, quais são seus conhecimentos sobre a lei citada?

2- Você já presenciou e/ou vivenciou situações de racismo? Como reagiu?

3- De que forma a aplicação Lei de 10.639/2003 pode ser positiva para a formação e valorização da identidade negra no ambiente escolar?

4- No ambiente escolar, quais são os momentos oportunizados ao debate sobre temas relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira?

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a).

Lucielton Mascarenhas Martins, CPF 035.439.253-00 do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio está realizando a pesquisa intitulada “(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR”, que tem como objetivo geral Analisar as perspectivas na qual está inserida a aplicação da lei 10.639/03, limitações e congruências acerca das experiências negras no âmbito escolar entre os alunos, professores e núcleo gestor. Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: responder o questionário e participar do encontro sobre aplicação da lei 10.639/2003 sobre e as experiências negras no contexto escolar. Por essa razão, convidamos-lhe para participar da pesquisa. A participação dele(a) consistirá em: responder o questionário.

Os procedimentos utilizados nos exames aplicados poderão trazer algum desconforto, como por exemplo, constrangimento por não conseguir responder corretamente ou vergonha em descrever as circunstâncias vivenciadas. Para minimizar os riscos será realizada uma orientação sobre os questionários e seus objetivos junto com a equipe pedagógica da escola para auxílio em qual tipo de constrangimento ocasionado pelo questionário. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo. No caso sem que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto, ou seja, detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu Lucielton Mascarenhas Martins serei os responsáveis pelo encaminhamento a coordenação da instituição e/ou outro setor pertinente.

Os benefícios são apontados na formação o indivíduo social ativo, crítico, reflexivo e participativo, através de intervenções que primem pela formação, valorização e empoderamento da identidade negra, fomentando essas discussões no ambiente escolar.

Toda informação que o(a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa. Os dados dos questionários serão confidenciais e seu nome não aparecerão em fichas de avaliação, inclusive quando os resultados forem apresentados.

A sua participação na pesquisa é voluntária. Caso aceite que ele(a) participe, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado os testes.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar Lucielton Mascarenhas Martins – Sítio Carás do Umari, 109 – Zona Rural – Juazeiro do Norte – Ceará, Telefone (88) 9-96035638 nos seguintes horários 08:00hs às 16:00hs.

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio localizado à Av. Leão Sampaio km 3 - Lagoa Seca - Juazeiro do Norte - CE - CEP 63040-005, Fone 2101-1050.

Caso esteja de acordo na participação da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Juazeiro do Norte-CE, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Pesquisador

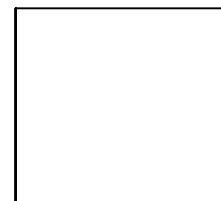
TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS- ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa “(IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR”, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

Juazeiro do Norte-CE, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante ou Representante legal



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: (IN) VISIBILIDADE NEGRA: APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E AS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Pesquisador: LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88493118.3.0000.5048

Instituição Proponente: INSTITUTO LEAO SAMPAIO DE ENSINO UNIVERSITARIO LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.680.706

Apresentação do Projeto:

O presente estudo tem como objetivo analisar as perspectivas na qual está inserida a aplicação da lei 10.639/03, limitações e congruências acerca das experiências negras no âmbito escolar entre os alunos, professores e núcleo gestor. A pesquisa trata-se de um estudo de caso, exploratório e qualitativo. Será aplicada uma entrevista estruturada com o núcleo gestor e com os professores, com os alunos será realizado um estudo focal. A análise será baseada no discurso do sujeito coletivo e serão apresentados em seções/categorias.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as perspectivas na qual está inserida a aplicação da lei 10.639/03, limitações e congruências acerca das experiências negras no âmbito escolar entre os alunos, professores e núcleo gestor.

Objetivo Secundário:

a) Observar a existência de intervenções pedagógicas com recorte racial e aplicação da lei 10.639;b)

Endereço: Av. Maria Leticia Leite Pereira, s/n

CEP: 63.010-970

UF: CE

Município: JUAZEIRO DO NORTE

(88)2101-1033

Fax: (88)2101-1033

E-mail: cep.leaosampaio@leaosampaio.edu.br

Investigar a visibilidade dada as temáticas

étnico-raciais e as experiências negras no âmbito escolar.c) Identificar os discursos e concepções dos alunos em relação à identidade negra;d)

Perceber como os mecanismos sociais e culturais podem influenciar nas representações das pessoas negras no ambiente escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Destaca-se que os riscos da pesquisa são caracterizados como inibição e constrangimento na resolução dos questionários e participação no grupo

focal, causando, talvez, um mal-estar. Para reverter esta situação, total ou parcialmente, serão realizadas rodas de conversas com os(as)

pesquisados(as), afim de esclarecer possíveis dúvidas sobre a pesquisa e sua devida importância para o meio acadêmico e social, apresentando a possibilidade dos dados serem ponto inicial para direcionamento de políticas educacionais de melhoria

qualitativa da realidade. Portanto riscos mínimos e devidamente apresentados os meios de amenização;

Benefícios devidamente apresentados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Objeto da pesquisa devidamente definido. Público alvo devidamente apresentado.

Há congruência entre os objetivos da pesquisa e a metodologia que será usada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

documentação correta.

Recomendações:

pela aprovação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela Aprovação

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	24/04/2018		Aceito

Endereço: Av. Maria Leticia Leite Pereira, s/n

CEP: 63.010-970

UF: CE

Município: JUAZEIRO DO NORTE

(88)2101-1033

Fax: (88)2101-1033

E-mail: cep.leaosampaio@leaosampaio.edu.br

Básicas do Projeto	ETO_1104678.pdf	19:11:04		Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_COORDENADOR_PEDAGOGICO.doc	24/04/2018 19:09:34	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Visibilidade_Negra_Coordenador_Professor.docx	24/04/2018 19:09:13	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Visibilidade_Negra_Aluno.docx	24/04/2018 18:58:19	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	24/04/2018 18:51:47	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito
Outros	ROTEIRO_GRUPO_FOCAL_ALUNOS.doc	24/04/2018 18:48:45	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito
Outros	ANUENCIA.png	24/04/2018 18:47:56	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_PROFESSOR.doc	22/04/2018 16:08:52	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	22/04/2018 15:50:13	LUCIELTON MASCARENHAS MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUAZEIRO DO NORTE, 28 de Maio de 2018

Assinado por:
MARCIA DE SOUSA FIGUEREDO
TEOTONIO
(Coordenador)